

Parte escolar do mestrado em Economia, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1984);

Master of Commerce in Econometrics, Universidade de New South Wales, Austrália (1988).

Experiência profissional:

Desde 1989 — no Departamento de Prospectiva e Planeamento; Categoria actual — assessora principal.

Funções de chefia:

Desde 1997 — directora de serviços de Macroeconomia e Planeamento;

De 1991 a 1997 — chefe de divisão de Modelos e Metodologias;

De entre os trabalhos que tem desenvolvido e coordenado no DPP destacam-se a construção de modelos macroeconómicos e de base *input-output* para a economia portuguesa e a sua utilização na preparação de cenários macroeconómicos e na avaliação do impacto (nacional, sectorial e regional) de políticas públicas e de programas de investimento, designadamente dos Quadros Comunitários de Apoio, do PIDDAC e da EXPO'98.

De 1984 a 1995 e 1989 — assistente convidada do Instituto Superior de Economia, tendo leccionado as disciplinas de Introdução à Economia (licenciatura) e de Econometria Aplicada (mestrado).

De 1986 a 1988 — funções técnicas na Prices Surveillance Authority (Austrália).

De 1973 a 1985 — técnica do Centro de Estudos de Planeamento/IACEP (Núcleo de Estudos Económicos e da Conjuntura), onde trabalhou em análise de conjuntura e métodos de análise e previsão conjuntural.

Despacho n.º 13 213/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear do DPP do MAOTDR e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a garantia de continuidade da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas ao DPP;

Considerando que a licenciada Maria Arménia Claro possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Competitividade e Ambiente a licenciada Maria Arménia Claro, assessora principal do quadro de pessoal do mesmo Departamento, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

21 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

Nota curricular

Maria Arménia Claro licenciou-se em Finanças, pelo Instituto Superior de Economia (actual ISEG), em 1976, com a classificação geral de 14 valores. De Novembro de 2000 até final de Maio de 2007 foi chefe de divisão da Área de Especialização, Competitividade e Ambiente no Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP), coordenando e participando em relatórios e documentos de trabalho que envolvem, nomeadamente, análises macroeconómica, da estrutura produtiva portuguesa, do comércio internacional, do sector empresarial e da articulação entre ambiente e competitividade da economia. Durante a sua carreira profissional exerceu funções de chefe de gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, de Dezembro de 1997 a Outubro de 2000, de directora de serviços

na Junta do Crédito Público, responsável pelo controlo da emissão e amortização da dívida pública interna, de Maio de 1993 a Novembro de 1997, de consultora do SPEP — Secretariado Permanente para as Empresas Públicas e do GAFEPP — Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, tendo participado na implementação e gestão de uma base de dados das empresas públicas, na elaboração de relatórios anuais sobre o financiamento do sector público e acompanhado os orçamentos anuais e investimentos das empresas públicas, de Novembro de 1986 a Dezembro de 1990. De Janeiro de 1972 a Outubro de 1986 exerceu funções no DPP, tendo participado, a nível técnico e no domínio das empresas públicas, em trabalhos de base nas negociações com o FMI, no âmbito da Secretaria de Estado do Planeamento e em diversos grupos de trabalho interdepartamentais relacionados com as relações económicas externas, no âmbito da adesão de Portugal à CEE, participou igualmente no grupo de trabalho interdepartamental para acompanhamento das negociações comerciais multilaterais do Tokyo Round. Como cursos de especialização e formação relevante salienta-se a frequência dos seguintes cursos no INA: «Diploma de especialização em políticas de ambiente», «Seminário de alta direcção», «Formação SIADAP» e «Auxílios públicos às empresas: Disciplina comunitária». No estrangeiro, salienta-se o estágio em Genebra organizado pelo GATT, com duração de quatro meses e meio, sobre política comercial direccionado, nomeadamente, para: «Questões monetárias internacionais», «As negociações comerciais multilaterais do Tokyo Round» e «O GATT e as suas actividades» e, em Bruxelas, durante uma semana, estágio, no âmbito da OCDE, no Banco Nacional da Bélgica, sobre questões relacionadas com a balança de pagamentos.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Aviso n.º 11 553/2007

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foi afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais relativa ao ano de 2006.

Da organização da referida lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do acima citado decreto-lei.

24 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços, em substituição, *Lourdes Castro*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Despacho (extracto) n.º 13 214/2007

Por despachos do director-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano de 9 de Abril de 2007 e de 20 de Abril de 2007 do director-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento, foi autorizada a transferência da licenciada Maria Aline Ferreira Rodrigues, especialista de informática do grau 3, nível 1, do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2007. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Vitor Campos*.

Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho n.º 13 215/2007

Por despacho do inspector-geral do Ambiente de 31 de Maio de 2007, proferido nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi Maria de Lourdes Martins Ramos Machado, técnica profissional especialista principal, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, para o exercício de funções cor-